

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
5º Período Noite
Contabilidade de Custos
Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso
Matemática Financeira
Planejamento Fiscal e Tributário
Projeto de Estágio Supervisionado
Sistemas Contábeis I
Teoria Avançada da Contabilidade

Ana Cristina Soares Maciel Mendes
Ana Luisa Moraes Teixeira Silva
Bruna Natalia Santos Ferreira
Kelly Rodrigues de Almeida dos Santos

O papel das Ciências Contábeis na promoção, desenvolvimento e sustentabilidade de atividades
empreendedoras de micro e pequenas sociedades empresarias e de
empreendedoras individuais.

Belo Horizonte
2014

Ana Cristina Soares Maciel Mendes
Ana Luisa Moraes Teixeira Silva
Bruna Natália
Kelly

O papel das Ciências Contábeis na promoção, desenvolvimento e sustentabilidade de atividades empreendedoras de micro e pequenas sociedades empresárias e de empreendedoras individuais

Artigo apresentado às disciplinas: Contabilidade de Custos, Cultura Religiosa I, Matemática Financeira, Planejamento Fiscal e Tributário, Projeto de Estágio Supervisionado, Sistemas Contábeis I e Teoria Avançada da Contabilidade do 5º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Alex Magno Diamante
Anete Roesse
Antônio Monte Furtado Greco
Fátima Maria Penido Drumond
José Luiz Faria
José Ronaldo da Silva
Josmária
Sheila Dias

Belo Horizonte
2014

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Problemática	4
1.2 Metodologia	4
2 DESENVOLVIMENTO	5
2.1. Conceitos de Empreendedor e a Importância do Contador	5
2.2 Conceituação de Micro e Pequena Empresa	5
2.3 Plano de Negócio	11
3 CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.
9 REFERÊNCIAS	17

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.”
Paulo Freire

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

As micros e pequenas empresas é um segmento econômico que incorpora 99,2% das empresas brasileiras, ou seja é uma parcela da atividade econômica social que emprega 60% da força produtiva e equivale a 20% do Produto Interno Bruto brasileiro. E sendo o curso de Ciências Contábeis o responsável em construir conhecimentos capazes de aplicar, crítica e desenvolver, as técnicas contábeis, conhecer novos sistemas contábeis, e assim formar profissionais apropriados no processo de gerenciamento desta e de outras empresas. O presente trabalho tem como objetivo verificar: O papel das Ciências Contábeis na promoção, desenvolvimento e sustentabilidade de atividades empreendedoras de micro e pequenas sociedades empresárias e de empreendedores individuais.

1.2 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração do presente artigo foram pesquisas bibliográficas e avaliativas, pesquisas de campo práticas, elaboração de questionários e problemáticas a serem discutidas.

Em um primeiro momento foi feito um estudo técnico bibliográfico para contextualizar o grupo ao tema definido. Pesquisou-se conceitos, literatura envolvendo leis, normas e conceitos para efetivamente construir bases de informações através de uma evolução histórica e as características do segmento econômico proposto ao trabalho. Toda a base de dados pesquisada foi direcionada à quadros e gráficos para entender melhor a empresa a qual foi nosso estudo de caso, analisando a exigência do cumprimento à lei de micro e pequenas empresas. A empresa a ser utilizada como estudo foi a TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, foi analisado seu ramo de atividade, seu contrato social, o sistema de gestão gerencial, custos totais da empresa, planejamento legal e tributário considerando o investimento por parte da empresa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceitos de Empreendedor e a Importância do Contador

Para a construção de uma empresa, seja ela micro, pequena ou de grande porte faz-se necessário antes de tudo “um sonho”, que aqui será denominado de forma correta como: empreendedorismo. O empreendedorismo tem seu conceito desenvolvido por Hisrich, em seu livro Empreendedorismo como: o processo de criar algo novo com valor dedicando tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal.

Para que uma empresa seja empreendida de forma correta seu empreendedor deve primeiramente procurar o auxílio de um profissional contábil, pois, este profissional possui conhecimentos importantes quando: os órgãos regulamentares, os enquadramentos fiscais, as gestões de custos, os sistemas informatizados e parametrizados capazes de auxiliar no desenvolvimento e gestão da empresa, será capaz de identificar falha e propor soluções que venham a ser importantes no desenvolvimento de mercado da empresa, e ainda elaborar as informações contábeis que atendam os procedimentos contábeis e fiscais previstos na legislação brasileira.

2.2 Conceituações de Micro e Pequenas Empresas

Conforme rege a Lei nº 123/2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte tem limites de receita bruta anual que são:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). (Lei Complementar 123/2006)

A empresa Terra Engenharia e Construções Ltda escolhida para integrar este trabalho é uma empresa do ramo de construção civil que tem seu capital social integraliza a R\$ 380.000,00 e possui renda bruta em R\$ 2.293.522,38 a mesma faz o recolhimento e pagamento de impostos e obrigações trabalhistas e acessórias conformedescrito nas

exigências legais. Abaixo planilha de faturamento e recolhimento de impostos comprovando a afirmativa. Segue planilha:

PREVISÃO DE FATURAMENTO

TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP					Valores de Presunções e Aliquotas para Cálculo					
CNPJ 04.647.524/0001-20					CSLL	BC Comércio	BC Serviço	Alíquota	PIS	0,65%
PREVISÃO DE FATURAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013					IRPJ	8,00%	16%	15%	ISS	2%
2011	Faturamento				Retenções IR e 4,65 (PIS/COFINS/CSLL)				Impostos Mensais	
Mês	V de Imóveis Op	Prest. Serv.	Juros Rec.	Rec. Bruta	CSLL (1,0)	IRPJ (1,2)	Cofins (3%)	Pis (0,65%)	ISSQN	PIS (0,65%) COFINS (3%) ISS (2%)
janeiro	95.000,00			95.000,00	-	-	-	-	-	617,50 2.850,00
fevereiro	398.332,44	48.997,62		447.330,06	489,98	587,97	1.469,93	318,48	979,95	2.589,16 11.949,97
março	13.275,58	61.061,83	-	74.337,41	610,62	732,74	1.831,85	396,90	1.221,24	86,29 398,27
abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- -
maio	361.724,42	139.556,72	1.522,80	502.803,94	1.395,57	1.674,68	4.186,70	907,12	2.791,13	2.361,11 10.897,42
junho	50.577,33	98.510,84	-	149.088,17	985,11	1.182,13	2.955,33	640,32	1.970,22	328,75 1.517,32
julho	215.726,35	51.569,51	-	267.295,86	2.157,26	2.588,72	1.547,09	335,20	1.031,39	1.402,22 6.471,79
agosto	174.622,90		-	174.622,90	1.746,23	2.095,47	-	-	-	1.135,05 5.238,69
setembro	180.971,96	-		180.971,96	1.809,72	2.171,66	-	-	-	1.176,32 5.429,16
outubro	229.695,82			229.695,82	-	-	6.890,87	1.493,02	-	- -
novembro	0,00			0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00 -
dezembro	172.376,26		0,00	172.376,26	0,00	-	0,00	0,00	0,00	1.120,45 5.171,29
TOTAL	1.892.303,06	399.696,52	1.522,80	2.293.522,38	9.194,48	11.033,38	18.881,77	4.091,05	7.993,93	10.816,85 49.923,90
Impostos Trimestrais										
Trimestre	BC CSLL	CSLL Retido		CSLL a Pagar	BC IRPJ	Adicional 10%	Alíquota (15%)	IRRF Retido	IRPJ a Paga	
1º Trimestre	74.000,10	1.100,59	-	5.559,41	49.333,40	-	7.400,01	1.320,71	6.079,30	
2º Trimestre	79.567,12	2.380,68	1.522,80	4.780,36	53.552,34	-	8.032,85	2.856,81	5.176,04	
3º Trimestre	74.746,89	5.713,21	-	1.014,01	62.207,94	220,79	9.331,19	6.855,85	2.696,13	
4º Trimestre	48.248,65	-	-	4.342,38	32.165,77	-	4.824,86	-	4.824,86	
TOTAL	276.562,75	9.194,48		15.696,17	197.259,45	220,79	29.588,92	11.033,38	18.776,33	

A Lei Complementar 123/2006 para melhor regulamentar as ME e P criou os órgãos regulamentares conforme artigo 2 da referida lei:

Art. 2º O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o [art. 1º desta Lei Complementar](#) será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

I - Comitê Gestor do Simples Nacional, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 4 (quatro) representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários; e

II - Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos, ressalvado o disposto no inciso III do **caput** deste artigo;

III - Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, composto por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo Poder Executivo, para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas. (Lei Complementar 123/2006)

Tendo sido feito à conceituação dos enquadramentos de Micro e Pequenas empresas e seus órgãos regulamentadores faz-se necessários a descrição dos procedimentos para registro dos atos empresariais das micro e pequenas empresas. O material utilizado para esta descrição foi consultado junto a Jucemg (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais) e o Sebrae-MG que desenvolveram cartilhas para auxiliar no entendimento e desses registros. Serão abaixo descrito cada registro de micro e pequena empresa, seus benefícios e as documentações

necessárias para inscrição e formalização de cada registro junto aos órgãos competentes. Será ainda descrito os impostos incidentes e a importância do plano de negócios para sua implementação.

“ Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A [Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008](#), criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado.

Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 37,20 (comércio ou indústria), R\$ 41,20 (prestação de serviços) ou R\$ 42,20 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.” (Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acessado em: 10/04/2012

Outro registro de micro e pequena empresa é denominado como Empresário Individual e tem como características e denominação:

“O empresário individual (anteriormente chamado de firma individual) é aquele que exerce em nome próprio uma atividade empresarial. É a pessoa física (natural) titular da empresa. O patrimônio da pessoa natural e o do empresário individual são os mesmos, logo o titular responderá de forma ilimitada pelas dívidas. ” (Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acessado em: 10/04/2012

Considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (adiante reproduzido) - Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00* (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

No caso de início de atividades, o limite de receita será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

TRIBUTAÇÃO

O Microempreendedor Individual (MEI) poderá optar pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), independentemente da receita bruta por ele auferida no mês.

O optante pelo SIMEI recolherá, por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), valor fixo mensal correspondente à soma das parcelas relativas à contribuição previdenciária, do ICMS e o ISS, quando cabíveis. (Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/guia/mei.html>. Acessado em: 10/04/2014)

O terceiro registro que faz parte das denominações de micro e pequenas empresas é a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada esta nova modalidade jurídica somente poderá ser adotada a partir de 08 de janeiro de 2012, ou seja:

“A empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) é aquela constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não poderá ser inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. O titular não responderá com seus bens pessoais pelas dívidas da empresa.

A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade. Ao nome empresarial deverá ser incluído a expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

A EIRELI também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

A Empresa individual de responsabilidade limitada será regulada, no que couber, pelas normas aplicáveis às sociedades limitadas.” (Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/guia/mei.html>. Acessado em: 10/04/2014)

O quarto registro referente a Micro e pequenas empresas é a Sociedade Limitada e tem seu conceito descrito como:

Sociedade limitada é aquela que realiza atividade empresarial, formada por dois ou mais sócios que contribuem com moeda ou bens avaliáveis em dinheiro para formação do capital social. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor do capital social, porém respondem solidariamente pela integralização da totalidade do capital, ou seja, cada sócio tem obrigação com a sua parte no capital social, no entanto poderá ser chamado a integralizar as quotas dos sócios que deixaram de integralizá-las. (Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/guia/mei.html>. Acessado em: 10/04/2014)

Todo contador para realizar o desejo do empreendedor em registrar sua empresa deve registra-la junto aos órgãos competentes e é necessário apresentar as seguintes documentações para inscrição:

DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PARA INSCRIÇÃO		
EMPRESARIO INDIVIDUAL	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
1	Capa de Processo / Requerimento, disponível em www.jucemg.mg.gov.br (modulo integrador)	Capa de Processo / Requerimento, disponível em www.jucemg.mg.gov.br (Modulo integrador), assinada por um dos administradores, socios, procurador com poderes especificos ou terceiro interessado.
2	REMP- Requerimento de Empresario, Disponível em www.jucemg.mg.gov.br (modulo integrador)	Ato de constituição, disponível em www.jucemg.mg.gov.br (Modulo integrador)
3	Consulta de viabilidade, disponível em www.jucemg.mg.gov.br	Procuração com poderes especificos, se a capa de Processo/Requerimento e contrato social, com a declaração de desimpedimento(art.1.011, inciso 1º CC/2002) para o exercicio de administração da sociedade forem assinados por procurador. No caso da procuração por instrumento particular, deverá ser reconhecida a firma. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento publico.
4	DBE- Documento Basico de Entrada, disponível em www.receita.fazenda.gov.br	Procuração com indicação de representante legal no Brasil com poderes para receber citação judicial, no caso de socio, pessoa física ou jurídica, residente/domiciliado/estabelecido no exterior. Se o contrato social for assinado por procurador, a procuração deverá ter poderes especificos para o ato. - Procurações e outros documentos (contratos e etc) oriundos do exterior. -
5	Checklist (não preencher), disponível em www.jucemg.mg.gov.br (modulo integrador)	Consulta de viabilidade, disponível em www.jucemg.mg.gov.br
6	Documento de identidade do titular da empresa, ou seja, do empresario individual. Documentos aceitos : Cedula de identidade, Certificado de Reservista, Carteira de Identidade Profissional, Carteira de Trabalho e Previdencia Social ou Carteira Nacional de Habilitação (modelo com base na lei nº 9.503, de 23/09/1997). Para estrangeiros, será exigida a identidade com a prova de visto permanente e dentro do periodo de sua validade, ou documento forbecido pelo Departamento de Policia Federal, com a indicação do numero registro. Se Apresentada copia do documento de identidade, será exigida a sua autenticação em cartorio. No caso de copia simples, será feita conferencia com o original, por funcionario da Jucemg.	Documento de identidade : - do signatário da capa de Processo/Requerimento. - do(os) administrador (es) da sociedade. - dos socios não administradores, se não reconhecida firma no contrato social. - Documentos aceitos: cedula de identidade; certificado de reservista; carteira de identidade profissional; carteira de trabalho de previdencia social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na lei nº 9.503 de 23/09/97). - no caso de estrangeiros será exigida a identidade com prova de visto permanente e dentro do periodo de sua validade ou documento fornecido pelo departamento de policia federal, com a indicação documero de registro. -No caso de cópia do documento de identidade, será exigida a sua autenticação em cartorio. -copia simples será conferida com a original por funcionario da Jucemg.
7	DAE- Documento de Arrecadação Estadual, ou DAE consolidado, devidamente quitado, disponível em www.jucemg.mg.gov.br (modulo integrador)	DAE- Documento de arrecadação estadual, ou DAE consolidado, devidamente quitado, disponível em www.jucemg.mg.gov.br (Modulo Integrador)
8		Documento de identidade : - do signatário da capa de Processo/Requerimento. - do(os) administrador (es) da sociedade. - dos socios não administradores, se não reconhecida firma no contrato social. - Documentos aceitos: cedula de identidade; certificado de reservista; carteira de identidade profissional; carteira de trabalho de previdencia social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na lei nº 9.503 de 23/09/97). - no caso de estrangeiros será exigida a identidade com prova de visto permanente e dentro do periodo de sua validade ou documento fornecido pelo departamento de policia federal, com a indicação documero de registro. -No caso de cópia do documento de identidade, será exigida a sua autenticação em cartorio. -copia simples será conferida com a original por funcionario da Jucemg.
9		DAE- Documento de arrecadação estadual, ou DAE consolidado, devidamente quitado, disponível em www.jucemg.mg.gov.br (Modulo Integrador)
10		No caso de participação societaria de: a) Sociedade estrangeira, anexar a prova de existencia legal da empresa e da legitimidade de sua representação (representação legal do procurador; inteiro teor de contrato ou do estatuto; tradução dos referidos atos, por tradutor público e interprete comercial matriculado em qualquer junta comercial. b) empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública, anexar: página do Diário Oficial da União, do estado, do DF ou município que conter o ato de autorização legislativa bem como o nome, data e página do jornal em que foi publicada.
11		Autorização Judicial, no caso de integralização de capital com bem imóvel pertencente a socio menor.
12		Aprovação Previa de órgão/entidade competente, se for o caso.

2.3 Planos de Negócio

Para um estudo de viabilidade mercado de uma futura empresa, ou de uma reestruturação empresarial faz-se necessário o desenvolvimento pelo próprio empreendedor de um documento em que são descritos todos os elementos externos e internos relevantes envolvidos no início de um novo empreendimento ou reestruturação de um empreendimento. Este documento é chamado de plano de negócio e algumas perguntas importantes são respondidas neste documento. São elas: onde estou agora? Para onde estou indo? Como chegarei lá? Este documento é também importante para demonstrar os investidores, fornecedores e até aos cliente como, onde e porque a empresa esta ou é constituída.

O contador será um membro importante no desenvolvimento do plano de negócios, pois, é ele que será capaz de elaborar dados financeiros que irão demonstrar aos usuários da contabilidade a “saúde” econômico-financeira da empresa. Hisrich em seu livro Empreendedorismo diz:

“ Os investidores, em especial os de alto risco, têm necessidades diferentes, uma vez que estão fornecendo grandes somas de capital para patrimônio líquido e para as despesas esperadas no período de cinco a sete anos. Os investidores com frequência colocam mais ênfase no caráter do empreendedor do que dos agentes de financiamento e quase sempre dedicam muito tempo para verificação do histórico do empreendedor. Isso é importante não só do ponto de vista financeiro, mas também porque o investidor de risco desempenhará um papel importante na verdadeira administração do negócio.(...)” (Hisrich, pag. 213)

Para redigir um plano de negocio o empreendedor e o contador devem descrever alguns itens importantes descrito na tabela abaixo extraída do livro de Hisrich, pág. 218:

I.	Página introdutória
A.	Nome e endereço da empresa
B.	Nomes e endereços dos diretores
C.	Natureza do negócio
D.	Declaração do financiamento necessário
E.	Declaração do caráter confidencial do relatório
II.	Resumo executivo – De três a quatro páginas sintetizando o plano de negócio completo
III.	Análise industrial
A.	Perspectiva e tendências futuras
B.	Análise dos concorrentes
C.	Segmentação de mercado
D.	Previsões do setor
IV.	Descrição do empreendimento
A.	Produto(s)
B.	Serviço(s)
C.	Dimensão do negócio
D.	Equipamento pessoal do escritório
E.	Histórico dos empreendedores
V.	Plano de produção
A.	Processo de fabricação (quanto subcontratada)
B.	Planta física
C.	Maquinário e equipamento
D.	Nomes de fornecedores de matérias-primas
VI.	Plano de marketing
A.	Preços
B.	Distribuição
C.	Promoção
D.	Previsões dos produtos
E.	Controles
VII.	Plano organizacional
A.	Forma de propriedade
B.	Identificação de sócios e principais acionistas
C.	Autoridade dos diretores
D.	Histórico da equipe administrativa
E.	Funções e responsabilidades dos membros da organização
VIII.	Avaliação de riscos
A.	Avaliação dos pontos fracos do negócio
B.	Novas tecnologias
C.	Planos contingentes
IX.	Plano financeiro
A.	Demonstrativo de resultados pro forma
B.	Projeções de fluxo de caixa
C.	Balanco patrimonial pro forma
D.	Análise do ponto de equilíbrio
E.	Origem e aplicações de recursos
X.	Apêndice (contém material de consulta)
A.	Cartas
B.	Dados de pesquisa de mercado
C.	Leasings ou contratos
D.	Lista de preços de fornecedores

FIGURA 7.2 Esboço de um plano de negócio.

No interior de um plano de negócios há um recorte muito importante onde o contador irá trabalhar e reter muito de seu tempo. Este recorte é chamado de Plano Financeiro e será nele que as projeções dos principais dados econômicos serão elaborados e determinaram a exiguidade econômica e o comprometimento financeiro necessário. Neste plano será feito projeções de fluxo de caixa, custos, despesas administrativas e financeiras, vendas previstas, custos de mercadorias e balanço patrimoniais por pelo menos 3 anos. O balanço patrimonial e o fluxo de caixa deverá ser detalhado no primeiro um ano. O lucro líquido depois dos impostos então de ser projetado estimando-se o imposto de renda.

Enfim, o plano de negócios e o empreendedor deverão ter como seu principal acessor um contador, para assim conseguir informações fidedignas.

A Terra Engenharia e Construções Ltda com a sua Demonstração de Resultados comprova que um trabalho de gestão eficiente leva a empresa a um crescimento sustentável. Tal visão pode ser vislumbrada através do um crescimento de 86,30% do ano de 2011 para o ano de 2012. Outro dado que pode ser vislumbrado é a diminuição no pagamento de tributos nos levando a entender que a empresa vem desenvolvendo um planejamento tributário

inteligente. A mensuração de custo do CPV nos leva a verificar um aumento considerável de construções por parte da empresa.

TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP			
CNPJ 04.647.524/0001-20			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2012			folha: 83
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.030.647,02	1.094.128,57
. Vendas de imóveis próprios		1.030.647,02	610.000,00
. Vendas de serviços		0,00	484.128,57
(-) DEDUÇÕES E ABATIMENTOS		-48.330,44	-37.714,15
. Vendas canceladas/devolução de vendas		0,00	0,00
Icms sobre as vendas		0,00	0,00
I p i sobre vendas		0,00	0,00
Iss sobre os serviços		-10.711,84	-8.511,16
Pis sobre o faturamento		-6.699,18	-5.055,40
Cofins sobre o faturamento		-30.919,42	-24.147,59
Descontos incondicionais concedidos		0,00	0,00
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		982.316,58	1.056.414,42
(-) CUSTOS		-521.129,75	-683.409,32
. CPV . CMV. CSP, outras		-521.129,75	-683.409,32
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		461.186,83	373.005,10
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			
. Vendas		0,00	-8.000,00
Comissões		0,00	-8.000,00
outras contas			0,00
. Administrativas		-208.870,68	-84.890,96
Despesas salariais + encargos sociais		0,00	-84.890,96
Depreciação		0,00	0,00
outras contas		-208.870,68	0,00
. Resultado financeiro líquido		-32.074,29	-20.334,74
(+) despesas financeiras		-17.035,99	-21.572,19
(-) receitas financeiras		2.044,10	1.237,45
outras contas		-17.082,40	
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		220.241,86	259.779,40
(=) RESULTADO DO EXERC. ANTE CSLL		220.241,86	259.779,40
(-) Contribuição Social s/ Lucro Líquido		-11.130,99	-9.199,52
(=) RESULTADO DO EXERC. ANTE I RENDA		209.110,87	250.579,88
(-) Previsão do Imposto de Renda		-12.367,77	-22.589,09
(=) RESULTADO DO EXERC. DEPOIS IR		196.743,10	227.990,79
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		196.743,10	227.990,79
		Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2012	
" Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."		" Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo."	
TERRA ENG E CONSTRUÇÕES LTDA.		GILMAR OLIVEIRA DE FREITAS	
CNPJ 04.647.524/0001-20		CONTADOR	
Jose Roberto Sobreira Silva Araujo		CRC 43.232/04 MG	
CPF 898.796.866-91		CPF 291.871.766-53	
Socio Administrador			

A empresa possui estudada possui o sistema integrado chamado Ledware, disponível em: http://ledware.com.br/soft_sistemas.aspx?modulo=Sistemas. A empresa visa com este

sistema informatizar 100% de suas informações contábeis e eliminando assim trabalhos manuais do dia a dia da empresa. O sistema proporciona a empresa cobertura em todas as áreas, ou seja, o sistema de Led Pessoal, onde procedimentos como: folha de pagamento, apuração de obrigações trabalhistas e cadastro de funcionário são feitas. O sistema LED Fiscal é também utilizado pela empresa propus as informações e obrigações acessórias a contento. Como o sistema é completo mesmo ainda abrange as variações: Fluxo de caixa, Gerencial Controller, Contábil e Lalur.

Abaixo algumas telas do programa para melhor exemplificar as informações acima:

LEDWARE DEPARTAMENTO PESSOAL

Manutenção de Funcionários -- Empresa: 0001 - TERRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA

Funcionários | Outras Inf. | Exportar

Funcionário: ANA LUISA MORAES T SILVA

Código: 00032

Nome: ANA LUISA MORAES TEIXEIRA SILVA

CEP: 32370280 | **Bairro:** CONJUNTO AGUA BRANCA

Cidade: CONTAGEM | **UF:** MG

Naturalidade: BELO HORIZONTE | **UF:** MG

Nacional: 10 - Brasileiro | **Cor/Raça:** 2 - Branca

Pai: HELIO SILVA

Mãe: ANGELA MARIA MORAES TEIXEIRA SILVA

Estado Civil: Solteiro | **Def. Física:** 0 - Não

DDD/Fone: 31 98865844

Email: analuisa.mts@hotmail.com

Salário: 607,20

Condição: Ativo

Per. de Alastamento: De: a:

Tipo: Mensal

Remuneração Mensal:

Documentos: Cartão de Trabalho, PIS/PASEP, Título de Eleitor

Identidade: Número: MG 13214953 | **Carteira Prof.:** 5093061

Orgão/UF: PC MG | **Série/UF:** 0030 MG

Expedição: 05/12/2008 | **Expedição:** 03/08/2011

CPF: 12274142696 | **Nº Registro/Ficha:** 0000032

Led Pessoal

LEDWARE ESCRITA FISCAL

Fornecedores -- Empresa: 0001 - TERRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA

Fornecedores | Inventário | E.C.F. | Livros | Outros | MG | SP | RJ

Notas Entrada | **Notas Saída** | **Notas Se**

Razão Social: HIDROELETRICA TIROL LTDA

CNPJ/CEI/CPF: 21471487000160

Inscr. Estadual: 0624762420084

Inscr. Municipal:

U.F.: MG | **Código:** 20255

Cód. Conta Fornecedor: 2101020255

Cód. Conta Cliente:

ME/EPP:

Tipo End.: Avenida | **Cep:** 30662290

Endereço: AVENIDA SENADOR LEVINDO COELHO

Tipo do Bairro: Bairro | **Bairro:** TIROL

Cidade: Belo Horizonte | **Nº:** 40

Contato:

E-Mail:

Sufama:

Cód. Mun. Sped: 3106200

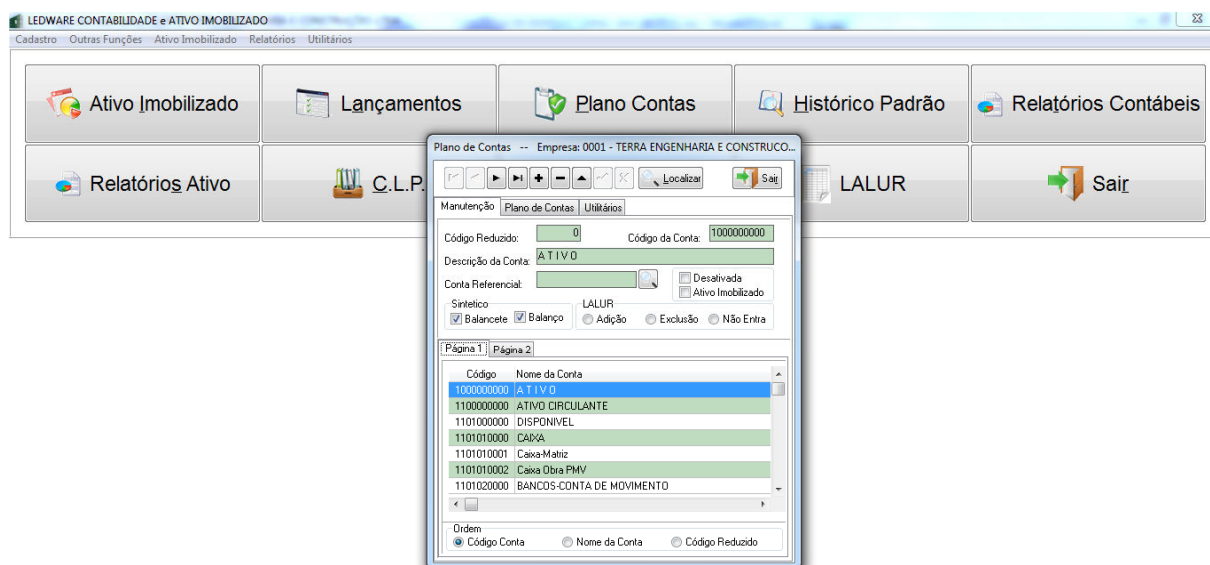
Cód. do País: 01058

Ordem: CNPJ/CEI/CPF, Razão Social, Código

Transferência de Fornecedor: Empresas: Seleção, Todas

Executar

Led Fiscal



Led Contábil

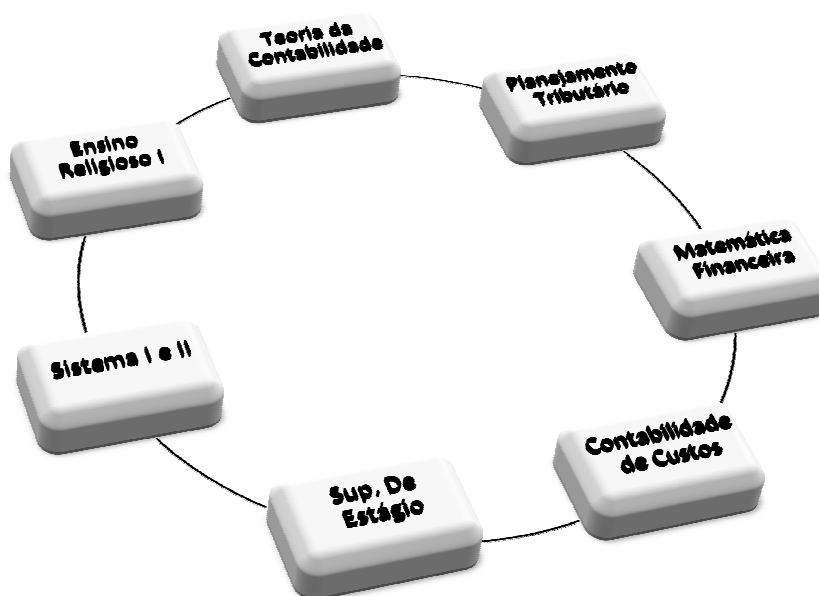
(F11) Media Center

Os custos envolvidos com as obras da construtora podem ser analisados no Balanço Patrimonial (anexo). O estoque é controlado pelo custo médio ponderado e os custos para começo das obras são mensurados antes do começo das mesmas através de uma estratégia orçamentaria estipulada pela direção e gestão da empresa.

Enfim, pode-se verificar com o estudo de caso feito que apesar da empresa ser pequena e ainda assim a mesma tem em sua gestão informes que podem leva-la a crescimento definido e sustentável, pois, seus gestores e colaboradores possuem conhecimento e desejo para assim empreender.

3 CONCLUSÃO

No Brasil ainda existe outros tipos de denominações empresariais tais como: sociedades estrangeiras, Grupo de Sociedades, Sociedade em Nome Coletivo, Sociedade em Comanita Simples e Sociedade em Comandita por Ações, contudo estas denominações não poderão fazer parte do escopo deste trabalho por não se enquadrarem dentro das denominações de Micro e pequenas empresas.



O organograma acima vem demonstrar a importância das matérias do custo que com uma visão simplista, parecem não possuir ligações e, no entanto, estão interligadas e fazem com que o contador tenha mais conhecimentos para auxiliar nas tomadas de decisões de situações cotidianas.

Concluindo, é muito importante para a gestão e o desenvolvimento empresarial, que a contador seja um instrumento no fornecimento das informações que serão úteis para a tomada de decisão dentro da empresa. Será a partir dos dados desenvolvidos pelo profissional contábil que os chamados de “usuários contábeis” poderão tomar decisões assertivas quanto ao gerenciamento da empresa já existente ou quanto à empresa que poderá ser ampliada.

REFERÊNCIAS

CARTILHA: **Quero abrir minha empresa e agora?** Belo Horizonte: SEBRAE-MG. 30 p. 2014

DUTRA; Lúcia Xenes Gusmão. **Registro Empresarial. Belo Horizonte:** SEBRAE-MG 42 p. 2014

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira:** essencial. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael. **Empreendedorismo.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 592 p

LEI Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

LEI Nº 10.406, de 10 de JANEIRO DE 2002

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p.

Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual.>>. Acessado em: 10/04/2012

Disponível em: <<http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp>>. Acessado em: 10/04/201

